



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) ELEITORAL RELATOR(A)**  
**EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Recurso Eleitoral n.º 472-18.2016.6.21.0011**

**Procedência:** BOM PRINCÍPIO - RS (11ª ZONA ELEITORAL – SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ)

**Assunto:** RECURSO ELEITORAL – REGISTRO DE CANDIDATURA – CARGO – VEREADOR – CONDIÇÃO DE ELEGIBILIDADE – PLENO EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS – RRC – CANDIDATO – AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO REGISTRO – INDEFERIDO

**Recorrente:** DORACI MARIA VOLZ  
COLIGAÇÃO SEGUE EM FRENTE BOM PRINCÍPIO (PP - PMDB)

**Recorrido:** JUSTIÇA ELEITORAL

**Relator(a):** Dra. GISELE ANNE VIEIRA DE AZAMBUJA

### **PARECER**

RECURSO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. VEREADOR. JUNTADA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTO. CERTIDÃO CRIMINAL. A juntada intempestiva de documento se considerado o prazo dado pelo Juízo para tanto, mas em momento anterior à conclusão para prolação de sentença, constitui mera irregularidade passível de ser sanada, não tendo o condão, por si só, de ferir o Princípio da Isonomia. ***Parecer pelo provimento do recurso.***

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de recurso interposto por DORACI MARIA VOLZ e COLIGAÇÃO SEGUE EM FRENTE BOM PRINCÍPIO (PP - PMDB) em face da sentença (fls. 23 e verso) que indeferiu a primeira pedido de registro para concorrer ao mandato de vereador com o n. 15640.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Em suas razões recursais (fls. 25-29), os recorrentes alegam que, não obstante a juntada intempestiva de documento (certidão criminal de 2º grau da Justiça Estadual), fora do prazo de 72 horas, todos os documentos necessários ao deferimento do registro foram juntados aos autos, tendo a candidata, de outra parte, preenchido todos os requisitos de elegibilidade e comprovado sua não incidência em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade. Considerando como sendo mera irregularidade a apresentação intempestiva de documento, pugnam pela reforma da sentença, a fim de que lhes seja deferido o registro.

Subiram os autos ao TRE-RS e vieram a esta Procuradoria Regional Eleitoral, para exame e parecer (fl. 33).

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I – Da tempestividade**

O recurso é tempestivo.

A sentença foi publicada no Mural Eletrônico no dia 01/09/2016 (fl. 24), e o recurso foi interposto em 02/09/2016 (fl. 25), restando, portanto, observado o tríduo legal a que alude o §1º do art. 52 da Resolução TSE nº 23.455/2015.

### **II.II – MÉRITO**

Assiste razão aos recorrentes.

O Juízo monocrático determinou, à fl. 18, a intimação da candidata para, em 72 horas, apresentar certidão criminal da Justiça Estadual de 2º Grau, em que conste o nome correto da candidata, conforme consta em seu documento de identificação. O referido despacho foi publicado no Mural Eletrônico no dia



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

24/08/2016, às 14h47min, tendo o mencionado documento sido apresentado, às fls. 20-21, apenas no dia 29/08/2016, às 18h30min, ou seja, fora do prazo legal. Na sequência, em 31/08/2016, os autos foram conclusos para sentença, que foi prolatada no mesmo dia e publicada em 01/09/2016.

Em razão disso, o juízo “a quo” entendeu por não preenchidas as condições de elegibilidade, uma vez que a documentação não apresentada tempestivamente é obrigatória, cabendo o indeferimento do pedido, sobretudo para não ferir o Princípio da Isonomia.

Contudo, não obstante o zelo do juízo monocrático no tocante à observância do prazo legal, a apresentação intempestiva do referido documento, em momento anterior à conclusão para prolação da sentença, constitui irregularidade passível de ser sanada. Ademais, a certidão juntada aos autos, à fl. 21, contém o nome e demais dados de qualificação corretos, conforme o documento de identidade da candidata, à fl. 5, além de registrar que nada consta contra esta. Com efeito, entende-se que, no caso, não restou ofendido o Princípio da Isonomia.

O recurso, pois, merece provimento.

### III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, a Procuradoria Regional Eleitoral manifesta-se pelo provimento do recurso.

Porto Alegre, 08 de setembro de 2016.

**Luiz Carlos Weber**  
**PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL SUBSTITUTO**

C:\conversor\tmp\61fso1vt4il91ca11hi273741067364737976160908230122.odt